Demonstrações financeiras

Kepler Weber S.A. (Companhia aberta)

31 de dezembro de 2015 e 2014 com Relatório dos Auditores Independentes

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

		Control	adora	Consolidado		
Ativo	Nota	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Circulante	<u>-</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.450	10.756	9.511	11.013	
Títulos e valores mobiliários	8	-	-	70.939	103.805	
Contas a receber de clientes	9	-	-	123.614	90.557	
Estoques	10	-	-	110.495	157.509	
Impostos a recuperar	11	-	-	19.000	24.759	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		5.632	4.468	19.240	15.295	
Despesas antecipadas		16	14	587	1.218	
Adiantamentos a fornecedores		-	-	1.055	322	
Partes relacionadas	20	1.396	10.318	-	-	
Outros créditos		5	-	9.408	7.058	
	=	12.499	25.556	363.849	411.536	
Não circulante Realizável a longo prazo						
Títulos e valores mobiliários	8	-	-	29.216	63.793	
Impostos a recuperar	11	-	-	935	750	
Depósitos judiciais		80	82	2.999	2.777	
Impostos diferidos	12.b	-	-	89.535	88.554	
·	-	80	82	122.685	155.874	
Investimentos	13	426.505	452.998	4	4	
Propriedade para investimentos	14	59.452	61.520	14.750	12.371	
Imobilizado	15	230	272	244.447	241.786	
Intangível	16	1.280	1.280	45.500	29.204	
ŭ	_	487.467	516.070	304.701	283.365	
Total do ativo não circulante	-	487.547	516.152	427.386	439.239	
Total do Ativo	_	500.046	541.708	791.235	850.775	

		Control	ladora	Consolidado		
Passivo	Nota	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Circulante	-					
Fornecedores		102	80	50.476	30.000	
Financiamentos e empréstimos	17	_	-	48.674	37.769	
Instrumentos financeiros derivativos	5.c	-	-	465	-	
Salários e férias a pagar		245	1.310	14.581	25.983	
Adiantamento de clientes		-	-	81.796	113.269	
Impostos a recolher	22	763	711	5.249	4.170	
Comissões a pagar		-	-	5.778	7.702	
Dividendos a pagar	25.i	1.345	12.511	1.345	12.511	
Outras contas a pagar		203	279	14.910	7.466	
	-	2.658	14.891	223.274	238.870	
Não circulante						
Financiamentos e empréstimos	17	_	_	55.330	68.626	
Provisões para riscos tributários, cíveis e	23	91	160	9.106	8.365	
Impostos diferidos	12.b	1.180	12.969	1.180	12.969	
Impostos a recolher	22	4.578	4.769	6.314	6.580	
Impostos a recolher Imposto de renda e contribuição social a recolher		4.576	4.705	3.765	6.351	
Outras contas a pagar		177	105	904	200	
Odiras comas a pagar	-	6.026	18.003	76.599	103.091	
	-	0.020	10.000	7 0.000	100.001	
Patrimônio líquido						
Capital social	25	234.322	234.222	234.322	234.222	
Reservas de capital		49.518	48.650	49.518	48.650	
Ajuste de avaliação patrimonial		50.026	52.243	50.026	52.243	
Reserva de reavaliação		1.928	1.953	1.928	1.953	
Reservas de lucros		155.568	171.746	155.568	171.746	
	-	491.362	508.814	491.362	508.814	
	-	500.046	541.708	791.235	850.775	
	=	500.046	541.708	791.235	850.775	

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

		Contro	Controladora		lidado
	Nota	2015	2014	2015	2014
Receita operacional líquida	26	-	-	705.979	905.841
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	30			(615.182)	(687.921)
Lucro bruto		-	-	90.797	217.920
Receitas (despesas) operacionais Com vendas Administrativas e gerais Outras receitas operacionais Outras despesas operacionais Resultado da equivalência patrimonial	27 28 13	(8.903) 15.058 (1.608) (8.590)	14 (8.507) 25.736 (3.703) 121.047	(40.857) (53.552) 22.496 (15.178)	(40.883) (51.913) 37.316 (19.001)
Lucro operacional		(4.043)	134.587	3.706	143.439
Despesas financeiras Receitas financeiras	31 31	(500) 663	(6.990) 1.167	(32.332) 23.155	(37.333) 29.305
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.880)	128.764	(5.471)	135.411
Imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social diferidos Lucro líquido do exercício	12.a 12.a	(1.671) 11.788 6.237	(2.976) 6.896 132.684	(1.062) 12.770 6.237	(22.591) 19.864 132.684
Resultado por ação ordinária básico (em R\$) Resultado por ação ordinária diluído (em R\$)	32 32	0,2371 0,2371	5,0594 5,0447	0,2371 0,2371	5,0594 5,0447

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Controladora		Conso	lidado
	2015	2014	2015	2014
Lucro líquido do exercício	6.237	132.684	6.237	132.684
Total do resultado abrangente do exercício	6.237	132.684	6.237	132.684

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

				Reservas	de capital					Reser	vas de lucros			
	<u>Nota</u>	Capital social	Incentivos fiscais	Valor Justo Stock Options	Bônus de subscrição 2014	Reserva bônus subscrição debêntures	Ajuste avaliação patrimonial	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais reflexa	Reserva para investimentos e capital de giro	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		230.636	617	-	-	3.360	54.737	2.057	4.669	21.601	35.405	11.000	-	364.082
Conversão de debêntures em ações	25.a	3.586	-	-	-	-	-	- (0.0)	-	-	-	-	-	3.586
Baixa da reserva de reavaliação Baixa de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	(61)	(80)	-	-	-	-	80 61	-
Realização da reserva de reavaliação				-	-	-	(01)	(51)	-	-		-	51	
Reversão de impostos diferidos sobre reserva reavaliação		_	_	_	_	_	_	27	_	_	_	_	(27)	_
Realização, por depreciação, do custo atribuído		_	-	_	-	_	(3.718)	-	-	_	_	_	3.718	_
Impostos sobre realização do custo atribuído		-	-	-	-	-	1.285	-	-	-	-	-	(1.285)	-
Prêmio na emissão de bônus subscrição 2014	18	-	-	-	44.368	-	-	-	-	-	-	-	-	44.368
Reversão do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.000	(11.000)	-	-
Pagamentos dividendos complementares		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.000)	-	-	(11.000)
Valor justo stock options	21	-	-	305	-	-	-	-	-	-	-	-	-	305
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	132.684	132.684
Reserva legal		-	-	-	-	-	-	-	6.634	-	-	-	(6.634)	-
Reserva de incentivo fiscal reflexa		-	-	-	-	-	-	-	-	32.868	-	-	(32.868)	-
Reserva de investimento e capital de giro		-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.257	-	(47.257)	-
Juros sobre capital próprio	25.i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.700)	(12.700)
Dividendo adicional proposto	25.i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.312	(23.312)	-
Dividendo mínimo obrigatório complementar	25.i		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.511)	(12.511)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		234.222	617	305	44.368	3.360	52.243	1.953	11.303	54.469	82.662	23.312	-	508.814
Valor complementar referente a diferença de sobra de	05 -													
ações	25.a	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Exercício Bônus Subscrição 2014	25.a	99	-	-	-	-	-	(50)	-	-	•	-	-	99
Realização da reserva de reavaliação Reversão de impostos diferidos sobre reserva		-	•	-	-	-	•	(52) 27	-	-	•	-	52	-
reavaliação Realização, por depreciação, do custo atribuído		-	-	-	-	-	(3.358)	21	-	-	•	-	(27) 3.358	-
Impostos sobre realização do custo atribuído		-	-	-	-	-	(3.358) 1.141	-	-	-	•	-	(1.141)	-
•	24	-	-	868	-	-	1.141	-	-	-	•	-	, ,	868
Valor justo stock options	21	-	-	808	-	-	-	-	-	-	-	-		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	•	-	6.237	6.237
Reserva legal	05 -	-	-	-	-	-	-	-	312		•	-	(312)	-
Reserva de incentivo fiscal reflexa	25.c	-	-	-	-	-	-	-	-	2.788		-	(2.788)	-
Reserva de investimento e capital de giro	05:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.689	-	(2.689)	(4.045)
Dividendo mínimo obrigatório	25.i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(00.040)	(1.345)	(1.345)
Pagamento dividendo complementar	25.i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.312)	(4.0.45)	(23.312)
Dividendo adicional proposto Saldos em 31 de dezembro de 2015	25.i	234.322	617	1.173	44.368	3.360	50.026	1.928	11.615	57.257	85.351	1.345 1.345	(1.345)	491.362
Saluos em 31 de dezembro de 2015		234.322	017	1.173	44.308	3.300	50.026	1.928	11.015	31.231	85.351	1.343	•	491.302

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Controla	dora	Consoli	lado	
	2015	2014	2015	2014	
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(3.880)	128.764	(5.471)	135.411	
Ajustes por:	2.440	4.700	05 447	47.500	
Depreciação e amortização Provisões	2.110 (18)	1.786 260	25.117 12.127	17.530 (3.440)	
Custo do imobilizado/intangível baixados	(10)	163	874	3.718	
(Ganhos) perdas líquidas com instrumentos financeiros derivativos	_	-	(226)	822	
Encargos sobre empréstimos e debêntures	-	5.806	9.56 1	8.934	
Rendimento sobre aplicação financeira	-	(1.162)	(12.425)	(15.212)	
Valor justo stock options	868	305	868	305	
Equivalência patrimonial	8.590	(121.047)	- -		
Variações nos ativos e passivos	11.550	(113.889)	35.896	12.657	
(Aumento) em contas a receber	_	_	(35.129)	(45.465)	
Redução nos estoques	_	_	44.866	1.515	
Redução (aumento) em impostos a recuperar	(1.164)	(1.994)	1.629	(20.487)	
(Aumento) redução em outras contas a receber	` (180)	` 775 [′]	(2.674)	1.808	
Aumento (redução) em fornecedores	22	20	20.476	(13.843)	
Aumento (redução) em salários e férias	(1.065)	(21)	(11.402)	5.512	
Aumento (redução) em impostos a recolher	822	(1.167)	63	(3.424)	
Aumento (redução) em adiantamento de clientes	- (EC)	(4.264)	(31.473)	46.142	
(Redução) em outras contas a pagar	(56)	(1.361)	(251)	(823)	
Juros pagos por empréstimos e debêntures	-	(3.787)	(6.227)	(6.841)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.632)	(2.392)	(2.898)	(15.726)	
Dividendos recebidos	27.000	24.004	-	-	
Juros sobre capital próprio recebidos	<u> </u>	13.992	. .	<u> </u>	
	22.747	28.069	(23.020)	(51.632)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	30.417	42.944	7.405	96.436	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		(-)	((0.400)	
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	-	(5)	(47.310)	(64.703)	
Títulos e valores mobiliários - circulante Aplicação financeira retida - não circulante	-	5.446	45.291	(6.423) 5.446	
Títulos e valores mobiliários - não circulante	_	5.440	34.577	(39.872)	
Rendimento de cotas patrimoniais	-	-	34.577	(1)	
Caixa líquido usado nas (gerados pelas) atividades de investimentos		5.441	32.558	(105.553)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos acionistas		<u> </u>	<u> </u>	(100.000)	
Aumento de capital	100	1.263	100	1.263	
Pagamento de dividendos	(35.823)	(12.967)	(35.823)	(12.967)	
Juros sobre capital próprio pagos	-	(12.700)	-	(12.700)	
Bônus subscrição 2014	-	44.368	-	44.368	
Caixa líquido usado nas (gerados pelas) atividades de financiamento acionistas	(35.723)	19.964	(35.723)	19.964	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos terceiros					
Pagamentos de empréstimos e debêntures	-	(57.662)	(43.925)	(79.066)	
Empréstimos tomados	<u> </u>	(57,000)	38.183	68.486	
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento terceiros	- (5.000)	(57.662)	(5.742)	(10.580)	
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(5.306)	10.687	(1.502)	267	
Demonstração do Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa No início do exercício	10.756	69	11.013	10.746	
No fim do exercício	5.450	10.756	9.511	11.013	
	(5.306)	10.687	(1.502)	267	
	17		<u>,/</u>		
Item que não afeta caixa:					
Juros capitalizados no imobilizado e intangível	-	-	17	1.047	

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

Receitas operacionais 2015 2014 2015 2014 Vendas de mercadoria, produtos e serviços - - 821.982 1.059.86 Provisão para créditos de liquidação duvidosa – constituição - - (2.072) 1.66 Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos - (576.016) (613.06 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (3.784) (4.056) 159.918 354.37 Valor adicionado bruto (2.110) (1.786) (25.117) (17.55) Valor adicionado líquido gerado pela Companhia (5.894) (5.842) 134.801 336.84	
Vendas de mercadoria, produtos e serviços - - 821.982 1.059.86 Provisão para créditos de liquidação duvidosa – constituição - - (2.072) 1.66 Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos - (576.016) (613.06 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (3.784) (4.056) (83.976) (94.06 Valor adicionado bruto (3.784) (4.056) 159.918 354.37 Depreciação e amortização (2.110) (1.786) (25.117) (17.53)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – constituição - - (2.072) 1.6 Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos - (576.016) (613.0 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (3.784) (4.056) (83.976) (94.0 Valor adicionado bruto (3.784) (4.056) 159.918 354.3 Depreciação e amortização (2.110) (1.786) (25.117) (17.53)	
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos Materiais, energia, serviços de terceiros e outros - (576.016) (83.976) (613.00 (94	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (3.784) (4.056) (83.976) (94.06) Valor adicionado bruto (3.784) (4.056) 159.918 354.33 Depreciação e amortização (2.110) (1.786) (25.117) (17.53)	32
Valor adicionado bruto (3.784) (4.056) 159.918 354.33 Depreciação e amortização (2.110) (1.786) (25.117) (17.53)	,
Depreciação e amortização (2.110) (1.786) (25.117) (17.53	38)
	73
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia (5.894) (5.842) 134.801 336.84	30)
	43
Valor adicionado recebido em transferência 21.124 157.278 39.688 53.4	10
Resultado de equivalência patrimonial (8.590) 121.047 -	-
Receitas financeiras 663 1.167 23.155 29.30)6
Imposto de renda e contribuição social diferidos 11.788 6.896 12.770 19.86	
Realização do custo atribuído 2.242 2.598 2.242 2.59	98
Outras <u>15.021</u> <u>25.570</u> <u>1.521</u> <u>1.64</u>	
Valor adicionado total a distribuir 15.230 151.436 174.489 390.28	53
Distribuição do valor adicionado 15.230 151.436 174.489 390.29	53
Empregados 2.709 2.534 122.453 133.63	
Remuneração direta 1.364 1.684 84.902 98.48	
Benefícios 55 19 16.660 18.00	
FGTS 104 37 6.708 6.88	
Honorários da Administração 1.100 717 3.527 3.11	12
Outros 86 77 10.656 7.1	10
Tributos 3.556 6.644 (2.213) 65.37	74
Federais 3.470 6.557 (4.755) 61.13	30
Estaduais 1.845 3.70)8
Municipais 86 87 697 55	36
Remuneração de capitais de terceiros 486 6.976 45.770 55.96	35
Juros e outros encargos financeiros 478 4.396 25.130 24.60	
Comissões 2 2.574 14.561 21.74	13
Outras 6 6 6.079 9.6	19
Remuneração de capitais próprios 8.479 135.282 8.479 135.282	32
Juros sobre o capital próprio - 12.700 - 12.70	
Dividendo mínimo obrigatório 1.345 12.511 1.345 12.5	
Dividendo adicional proposto 1.345 23.312 1.345 23.3	
Reserva de investimento 2.689 47.257 2.689 47.25	57
Reserva de incentivos fiscais 2.788 32.868 2.788 32.86	
Reserva legal 312 6.634 312 6.65	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Kepler Weber S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital aberto, possui sua sede localizada na cidade de São Paulo, SP, Brasil, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, mercadorias e futuros sob o código KEPL3 desde 15 de dezembro de 1980. Seu objeto social é exercido indiretamente, através de sua controlada, Kepler Weber Industrial S.A., com sede localizada na cidade de Panambi, RS, Brasil, no que se referem às atividades operacionais e industriais de produção de sistemas de armazenagem e conservação de grãos (silos, secadores, máquinas de limpeza e seus componentes), instalações industriais, terminais portuários, peças de reposição e serviços de assistência técnica.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2016, para divulgação nesta mesma data.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

a) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e também conforme os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC").

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Base de elaboração--Continuação

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Bo*ard ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2014, sendo que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia ("Administração") no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a controladora, Kepler Weber S.A., e sua controlada Kepler Weber Industrial S.A., subsidiária integral da Companhia, ambas estabelecidas no Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e de sua controlada. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas nesta seção.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. Ressaltamos, ainda, que as práticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada têm os seguintes ativos financeiros:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 compreendem as contas a receber e depósitos judiciais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Instrumentos financeiros--Continuação

i. Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, no caso da Companhia e de sua controlada, compreende os saldos de caixa e equivalentes de caixa.

Disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo valor justo, sendo as variações do valor justo até o momento da realização registrado contabilmente na demonstração de resultado abrangente. Na realização dos ativos financeiros, o valor justo é reclassificado para a demonstração do resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 compreendem os títulos e valores mobiliários.

ii. Outros passivos financeiros

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Estes passivos são classificados como outros passivos financeiros e são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado como receita ou despesa financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Redução ao valor recuperável de ativos

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e sua controlada sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

3.3. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC09 — Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Normas novas ou revisadas

a) Normas novas ou revisadas aplicadas pela primeira vez em 2015

A Companhia e sua controlada entendem que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB com efeito a partir de 1º. de janeiro de 2015 não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

b) Normas novas ou revisadas mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. Será exigido efeito retrospectivo, mas a informação comparativa não é obrigatória.	
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	
Alteração do IAS 16 e IAS 38 Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016)	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.	A Companhia não espera que estas normas produzam
IFRS 16 Leases (Vigência a partir de 01/01/2019)	O IASB emitiu a norma IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamentos), substituindo o IAS 17 – Leases e interpretações relacionadas.	impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.
Alteração do IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidade de investimento - exceções a regra de consolidação (Vigência a partir de 01/01/2016)	Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos.	
Alteração IAS 1 (Vigência a partir de 01/01/2016)	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil- financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.	

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e sua controlada, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez:
- Risco de mercado;
- Risco operacional;
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de outros créditos.

Contas a receber de clientes e outros créditos

As aprovações de créditos são estabelecidas para cada cliente pelo Comitê de Crédito com base em: capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e sua controlada e avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, eles são agrupados de acordo com suas características de crédito, localização geográfica, tipo de indústria, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores, incluindo se são pessoas físicas, produtores agrícolas, ou pessoas jurídicas, cooperativas agrícolas e empresas de *trading*.

A Companhia e sua controlada operam basicamente com vendas sob encomenda de clientes finais, firmadas mediante contrato e com pagamentos parciais de acordo com os eventos físicos, o que pode ocasionar um aumento na posição de vencidos que não necessariamente se traduz em inadimplência por falta de condições financeiras dos clientes, uma vez que o índice histórico de perda pela falta de pagamento é baixo. Adicionalmente, parte das vendas é efetuada através de linhas de financiamentos cujo tomador é o próprio cliente e o risco de crédito é do agente financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

a) Risco de crédito--Continuação

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Controladora		Valor contábil			
	Nota	Dez/2015	Dez/2014		
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.450	10.756		
Total	=	5.450	10.756		
Consolidado		Valor contá	bil		
	Nota	Dez/2015	Dez/2014		
Caixa e equivalentes de caixa	7	9.511	11.013		
Títulos e valores mobiliários - circulante	8	70.939	103.805		
Contas a receber clientes	9	123.614	90.557		
Títulos e valores mobiliários - não circulante	8	29.216	63.793		
Total		233.280	269.168		

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis, desconsiderando provisão de créditos de liquidação duvidosa, representados por contas a receber de clientes, entre mercado nacional e mercado externo, está distribuída a seguir:

Consolidado	Valor cont	ábil
	Dez/2015	Dez/2014
Mercado Doméstico	113.290	79.762
África	8.244	2.284
América Central	-	21
América do Sul	4.579	7.407
Ásia	578	2.361
Europa	273	-
Total	126.964	91.835

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e sua controlada encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

b) Risco de liquidez--Continuação

A Companhia e sua controlada constantemente monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional e se preocupam com a otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. Desta forma, é possível garantir que possuam saldo em tesouraria suficiente para superar a necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras.

A seguir estão as maturidades contratuais de passivo financeiro, incluindo pagamentos de juros estimados:

			Controla	dora			
31 de dezembro de 2015 Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	102	102	102	-	_	_	-
	102	102	102				
			Consolic	dado			
31 de dezembro de 2015	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Financiamentos e empréstimos	104.004	113.685	37.628	15.279	26.632	24.444	9.702
Fornecedores	50.476	50.476	50.476				
	154.480	164.161	88.104	15.279	26.632	24.444	9.702

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos de mercado, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de especulação.

i. Risco de taxa de câmbio

A Companhia e sua controlada atuam no mercado externo, sendo suas vendas utilizadas como lastro nas operações com moeda estrangeira. Os resultados da Companhia e sua controlada estão suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados às moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

- c) Risco de Mercado--Continuação
 - i. Risco de taxa de câmbio--Continuação

Exposição a moeda estrangeira

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte (base em valores nominais).

	Consolidado				
Itens	Dez/2015	Dez/2014			
Clientes	13.674	12.073			
Fornecedores	(5.077)	(7.545)			
Comissões a representantes	(1.256)	(1.917)			
Financiamentos e empréstimos	(7.271)	(7.874)			
Soma	70	(5.263)			
Valor equivalente em US\$ mil	18	(1.981)			
Instrumentos financeiros derivativos líquidos (valores nocionais) em US\$	(2.648)	-			
Valor de exposição líquida em US\$ mil	(2.630)	(1.981)			

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

Taxa média			Taxa à vista na data das	demonstrações financeiras
	2015	2014	Dez/2015	Dez/2014
	3,3387	2,3547	3,9048	2,6562

Derivativos - contratos de câmbio a termo

A Companhia e sua controlada possuem política para mitigação dos riscos de mercado, evitando exposição a flutuações de valores de mercado e operando com instrumentos que permitam controles de riscos. Os instrumentos em aberto em 31 de dezembro de 2015 referem-se a contratos de venda cambial a termo (na modalidade *non deliverable forward* - NDF) a fim de proteger parcialmente a expectativa de recebimento de dólares das exportações no seu vencimento, incluindo aquelas já realizadas, bem como os pedidos firmes em carteira, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

- c) Risco de Mercado--Continuação
 - i. Risco de taxa de câmbio--Continuação

Derivativos - contratos de câmbio a termo--Continuação

Consolidado							
Vencimento	Contraparte	Compra/ venda	Valor nocional US\$mil	Taxa futura	Valor justo da posição ativa	Valor justo da posição passiva	Saldo Dez/2015
Jan-16	ABC Brasil	Compra	89	3,9581	354	350	(4)
Abr-16	ABC Brasil	Compra	88	4,0940	351	347	(4)
Jul-16	ABC Brasil	Compra	88	4,2140	346	342	(4)
Out-16	ABC Brasil	Compra	87	4,3210	342	335	(7)
Jan-16	ABC Brasil	Venda	(3.000)	3,9974	11.413	11.859	(446)
			(2.648)			-	(465)

A Companhia e sua controlada não ofereceram margens em garantia para as operações contratadas, indicadas acima.

O reflexo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados no resultado do exercício (Nota 31), estão apresentados abaixo:

	Consol	idado
Operações de proteção	Dez/2015	Dez/2014
Receitas financeiras: Ganhos com operações de NDF Despesas financeiras:	1.756	3.501
Perdas com operações de NDF	(1.530) 226	(4.323)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

- c) Risco de mercado--Continuação
 - i. Risco de taxa de câmbio--Continuação

Análise de sensibilidade - instrumentos derivativos e risco de moeda estrangeira

Considerando o efeito de valorização do dólar aplicado sobre a taxa à vista do dólar em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 3,9048/US\$), o cenário possível é representado pela valorização do dólar em relação ao real de 25% (R\$ 4,8810/US\$), enquanto que o cenário remoto seria representado pela valorização do dólar em relação ao real de 50% (R\$ 5,8572/US\$).

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto	
Exposição líquida a moeda estrangeira sem derivativos Contrato NDF – Compromisso de	Desvalorização do dólar em relação ao real	-	(18)	(35)	
venda/compra de dólar	Valorização do dólar em relação ao real	(465)	(2.986)	(5.520)	

ii. Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia e sua controlada estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, financiamentos e empréstimos e debêntures com taxas de juros variáveis, principalmente CDI e TJLP.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e sua controlada era:

Controladora	Valor co	ntábil		
	Dez/2015 Dez/201			
Instrumentos de taxa variável		·		
Ativos Financeiros	5.450	10.756		
Caixa e equivalentes de caixa	5.450	10.756		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

- c) Risco de mercado--Continuação
 - ii. Risco de taxa de juros--Continuação

Consolidado	Valor contábil			
	Dez/2015	Dez/2014		
Instrumentos de taxa fixa				
Passivos financeiros	104.004	106.395		
Finep	31.862	22.009		
Finame	25.208	11.343		
Exim	39.663	65.169		
Finimp	7.271	7.874		
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros	109.666	178.611		
Caixa e equivalentes de caixa	9.511	11.013		
Títulos e valores mobiliários - circulante	70.939	103.805		
Títulos e valores mobiliários - não circulante	29.216	63.793		

Os saldos de clientes e fornecedores que não estão sujeitos à atualização de juros não estão incluídos nesta composição.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia e sua controlada não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia e sua controlada não designam derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

iii. Risco de taxa de juros--Continuação

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários sujeitos a variação de taxa do CDI, a Administração considerou como cenário provável a taxa do CDI na data de 31 de dezembro de 2015 sobre o percentual de variação de CDI médio ponderado.

		Controlad	ora	
	Receita anual sobre índice 31/12/2015	Taxa provável	Redução de 25%	Redução de 50%
Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$ 5.447	13,18%	13,18%	9,89%	6,59%
Projeção anual sobre ativo financeiro	718	718	539	359
Variação		-	(179)	(359)
		Consolid	ado	
	Receita anual sobre índice 31/12/2015	Taxa provável	Redução de 25%	Redução de 50%
Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$ 95.649	13,18%	13,18%	9,89%	6.59%
Projeção anual sobre ativo financeiro	12.607	12.607	9.460	6.303
Variação		-	(3.147)	(6.304)
		Consolid	ado	
	Receita anual sobre índice 31/12/2015	Taxa provável	Redução de 25%	Redução de 50%
Ativos financeiros sujeitos a variação SELIC: R\$13.832	14,25%	14,25%	10,68%	7,13%
Projeção anual sobre ativo financeiro Variação	1.971	1.971	1.477 (494)	986 (985)

iv. Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e sua controlada e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e da sua controlada. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

iv. Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos--Continuação

O aço é a matéria-prima principal da Companhia e sua controlada e tem seus preços expostos a flutuações do mercado nacional e internacional. Em relação ao mercado local, a Companhia e sua controlada procuram repassar essas oscilações de preço da matéria-prima tendo em vista uma perspectiva de médio e longo prazo.

d) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e outros fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez.

A alta Administração da Companhia e sua controlada administra os riscos operacionais através da implementação dos processos:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Código de ética e conduta;
- Padrões éticos e comerciais;
- Política de Segurança da Informação;
- Política de Gerenciamento de Riscos:
- Comitê de Gestão de Riscos:
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

e) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é apresentada a seguir:

Controladora	Dez/2015	Dez/2014
Total do passivo	8.684	32.894
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(5.450)	(10.756)
Dívida líquida (A)	3.234	22.138
Total do patrimônio líquido (B)	491.362	508.814
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (A/B)	1%	4%
Consolidado	Dez/2015	Dez/2014
Total do passivo	299.873	341.961
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(9.511)	(11.013)
Menos: títulos e valores mobiliários - circulante	(70.939)	(103.805)
Menos: títulos e valores mobiliários - não circulante	(29.216)	(63.793)
Dívida líquida (A)	190.207	163.350
Total do patrimônio líquido (B)	491.362	508.814
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (A/B)	39%	32%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Informações por segmento

A Administração da Companhia considera todas as suas operações como um mesmo segmento operacional para decisões sobre os recursos a serem alocados e para avaliação de seu desempenho. Tendo em vista que todos os ativos e passivos relevantes são utilizados na produção e comercialização de todos os produtos e para todos os mercados e não há como segregá-los de forma objetiva ou confiável.

a) Informações sobre produtos e serviços

A receita líquida para cada grupo de produtos e serviços relevantes está apresentada abaixo:

	Consolid	lado			
	Dez/15 Dez/14				
Armazenagem	467.448	696.972			
Granéis	107.753	66.490			
Exportações	95.287	113.385			
Peças e serviços	35.491	28.994			
	705.979	905.841			

b) Informações geográficas

As receitas líquidas no mercado doméstico e continentes estão apresentadas a seguir:

Consolid	ado
Dez/2015	Dez/2014
610.696	792.456
77.704	82.668
13	6.696
11.845	11.889
4.226	3.470
607	4.635
888	4.027
705.979	905.841
	Dez/2015 610.696 77.704 13 11.845 4.226 607 888

As receitas líquidas do principal cliente da Companhia e sua controlada representam aproximadamente 5,89%, em um montante de R\$ 41.413 (em 31 de dezembro 2014 representavam 7,66% ou R\$ 69.406), do total das receitas líquidas da Companhia e sua controlada. Demais receitas são oriundas de diversos clientes, sendo que nenhum deles representa mais de 5% da receita líquida total consolidada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Control	Controladora		ado
	Dez/2015	Dez/2015 Dez/2014		Dez/2014
Caixa e bancos	3	3	185	27
Aplicações financeiras	5.447	10.753	9.326	10.986
	5.450	10.756	9.511	11.013

Aplicações financeiras

As aplicações são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados e por operação compromissada (operação financeira de venda de títulos com compromisso de recompra, para liquidação em data preestabelecida), os quais estão vinculados à variação de taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e podem ser resgatados de acordo com as necessidades de recursos da Companhia e sua controlada, conforme mencionado abaixo:

			Controla	dora	Consolida	do
	Taxa		Dez/2015	Dez/2014	Dez/2015	Dez/2014
CDB	20,0%	CDI	75	5	136	238
CDB	70,55%	CDI	-	-	431	-
CDB	99,0%	CDI	5.372	190	5.372	190
COMPROMISSADA	100,0%	CDI	-	10.558	-	10.558
CDB	105,5%	CDI	-	-	3.387	-
		•	5.447	10.753	9.326	10.986

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 5.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2015, o grupo de títulos e valores mobiliários era composto por quotas de fundos exclusivos. Os fundos são exclusivamente para o benefício da Companhia, administrados por terceiros que cobram taxas de gestão e administração, e foram consolidados pela Companhia.

Os investimentos são ajustados ao valor de mercado, com as alterações em valor justo refletidas em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia classificou estes investimentos como "disponíveis para venda".

Estes investimentos referem-se principalmente a investimentos em debêntures, certificados de depósitos bancários e letras financeiras do tesouro, com prazos de vencimentos superiores há 90 dias, remunerados a taxas pós-fixadas, motivo pelo qual os rendimentos e variações foram integralmente registrados no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	Vencimento	Taxa		Dez/2015	Dez/2014
Circulante					
DPGE CDIE	De 15/12/2014 a 06/11/2015	De 103,07% a 114,0%	CDI	-	3.693
LF	De 04/01/2016 a 12/09/2016	De 104% a 109,0%	CDI	30.185	54.920
LFS	26/09/2016	112%	CDI	3.143	-
BB CDI	(*)	De 68,31% a 106,13%	CDI	37.611	15.475
BTG CDB PLUS FIQRFCP	(*)	103,07%	CDI		29.717
				70.939	103.805
Não Circulante					
CDB-DI CDIE	De 11/07/2016 a 24/11/2017	De 100,10% a 108,5%	CDI	-	18.736
LFT	De 01/03/2020	100%	SELIC	13.832	6.223
LF e LFS	De 06/02/2017 a 09/10/2018	De 104,00 a 111,5%	CDI	15.384	38.834
				29.216	63.793
				100.155	167.598

^(*) Tratam-se de aplicações financeiras em vencimento fixo contratual, tendo disponibilidade imediata de resgate.

Os referidos fundos de investimento não têm obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, taxas de custódia, às taxas de auditoria e a despesas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Contas a receber de clientes

	Consolidado		
	Dez/2015	Dez/2014	
Clientes a receber - mercado interno	113.290	79.762	
Clientes a receber - exterior	13.674	12.073	
	126.964	91.835	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.350)	(1.278)	
	123.614	90.557	

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Dez/2015	Dez/2014	
Saldo no início do exercício	(1.278)	(2.940)	
Adições	(3.512)	(590)	
Baixas/ Realizações	1.440	2.252	
Saldo no final do exercício	(3.350)	(1.278)	

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a posição das contas a receber vencidas e a vencer é a seguinte:

	Consolida	uu
-	Dez/2015	Dez/2014
Valores vencidos		
Até 30 dias	16.462	8.511
31 a 60 dias	6.101	6.515
61 a 90 dias	1.593	1.114
91 a 120 dias	743	1.470
121 a 150 dias	1.060	1.815
151 a 180 dias	1.824	98
mais de 181 dias	2.064	1.774
-	29.847	21.297
A vencer		
Até 30 dias	30.290	27.941
31 a 60 dias	33.360	17.399
61 a 90 dias	20.378	14.405
91 a 120 dias	1.292	5.431
121 a 150 dias	7.627	3.011
151 a 180 dias	1.608	1.189
mais de 181 dias	2.562	1.162
	97.117	70.538
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.350)	(1.278)
	123.614	90.557

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Contas a receber de clientes--Continuação

Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Administração acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável adicional é necessária com relação às contas a receber. Do saldo total de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, 83% são de títulos vencidos até 120 dias. O montante devido pelos clientes mais importantes da Companhia e sua controlada estão classificados como a vencer até 90 dias.

10. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de matéria-prima, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

	Consolidado		
	Dez/2015	Dez/2014	
Produtos acabados	37.044	53.583	
Produtos em elaboração	23.674	15.033	
Matérias-primas	56.882	94.156	
Adiantamentos a fornecedores	885	579	
Provisão para perdas	(7.990)	(5.842)	
	110.495	157.509	

A Companhia e sua controlada constituem provisão para perdas calculada sobre os itens obsoletos ou de baixa rotatividade, apurados pelo seu valor realizável líquido, registrando-a diretamente no resultado do exercício.

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

	Consolid	Consolidado		
	Dez/15	Dez/14		
Saldo no início do exercício	(5.842)	(4.512)		
Adições	(2.790)	(3.701)		
Baixas/ Realizações	642	2.371		
Saldo no final do exercício	(7.990)	(5.842)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Impostos a recuperar

Circulante	Consolid	dado
Circulante	Dez/2015	Dez/2014
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	7.604	15.918
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	7.347	5.492
PIS/COFINS a recuperar	1.437	1.558
REINTEGRA - Decreto 7633/11	782	1.542
Outros	1.830	249
-	19.000	24.759
Não circulante	Consoli	dado
Nao circulante	Dez/2015	Dez/2014
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	935	750
	935	750

12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na alíquota fiscal vigente. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no resultado abrangente, para os quais, o imposto também é reconhecido no resultado abrangente.

O reconhecimento do imposto diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas sobre o resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2015	Dez/2014	Dez/2015	Dez/2014
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	(3.880)	128.764	(5.471)	135.411
Resultado da equivalência patrimonial	8.590	(121.047)	-	-
Juros sobre capital próprio recebidos	-	13.992	-	-
Juros sobre capital próprio pagos	-	(12.700)	-	(12.700)
Incentivo fiscal - subvenções governamentais	-	-	(2.788)	(32.868)
Outras adições permanentes	1.491	3.395	3.322	6.445
Base de cálculo	6.201	12.404	(4.937)	96.288
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota efetiva	(2.108)	(4.217)	1.679	(32.738)
Reconhecimento de impostos diferidos ativos de anos anteriores	11.943	4.857	11.943	28.264
Outros	282	3.280	(1.914)	1.747
Imposto de renda e contribuição social	10.117	3.920	11.708	(2.727)
Alíquota fiscal efetiva	(261%)	3%	(214%)	(2%)
Corrente	(1.671)	(2.976)	(1.062)	(22.591)
Diferido	11.788	6.896	12.770	19.864

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia atualizou suas projeções de resultado e registrou imposto diferido ativo até o limite que julga provável de realização num período razoável de tempo. A atualização das projeções considerou o *mix* de produtos, expansão da capacidade produtiva e, consequentemente, do volume de produção da Companhia. Em 2015 a Companhia reconheceu R\$11.943 de imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social de exercícios anteriores. Na controlada Kepler Weber Industrial S.A. foi reconhecido imposto diferido sobre prejuízo fiscal referente ao exercício corrente de R\$ 5.233.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As projeções indicam que o saldo de créditos tributários registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2015 será absorvido por lucros tributáveis estimados para os próximos 10 anos, conforme demonstrado abaixo:

				Controladora				Consolidado
Exercício	IRPJ	CSLL	TOTAL	% de Realização	IRPJ	CSLL	TOTAL	% de Realização
2016	493	178	671	4,17%	3.641	1.311	4.952	3,90%
2017	983	354	1.337	8,30%	8.355	3.008	11.363	8,96%
2018	1.579	569	2.148	13,34%	13.159	4.738	17.897	14,11%
2019	1.637	590	2.227	13,83%	20.377	7.337	27.714	21,84%
De 2020 à 2025	7.149	2.575	9.724	60,36%	47.756	17.193	64.949	51,19%
	11.841	4.266	16.107	100,00%	93.288	33.587	126.875	100,00%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Kepler We	ber S.A	Kepler Weber I	ndustrial S.A
Ativo	Dez/2015	Dez/2014	Dez/2015	Dez/2014
Prejuízo fiscal e base negativa	15.553	4.356	89.188	84.314
Diferenças temporárias	554	501	21.580	23.407
	16.107	4.857	110.768	107.721
Passivo				
Reserva de reavaliação a realizar	1.094	1.094	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	16.031	16.555	8.799	10.415
Depreciação fiscal x societário	162	177	10.925	8.752
IRPJ/CSLL Capitalização de juros	-	-	1.509	-
	17.287	17.826	21.233	19.167
Impostos diferidos, líquidos	(1.180)	(12.060)	89.535	90 EE A
impostos dilendos, líquidos	(1.180)	(12.969)	89.333	88.554

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

	Controladora		Consolidado	
Ativo não circulante	Dez/15	Dez/14	Dez/15	Dez/14
Imposto diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças	16.107	4.857	126.875	112.578
Compensação imposto diferido passivo	(16.107)	(4.857)	(37.340)	(24.024)
Saldo imposto diferido ativo		-	89.535	88.554
	Control		Consoli	
Passivo não circulante	Dez/15	Dez/14	Dez/15	Dez/14
Imposto diferido passivo	17.287	17.826	38.520	36.993
Compensação imposto diferido passivo	(16.107)	(4.857)	(37.340)	(24.024)
Saldo imposto diferido passivo	1.180	12.969	1.180	12.969

Abaixo segue a composição das diferenças temporárias que foram reconhecidas pela Companhia e sua controlada no exercício:

Controladora	Diferenças temporárias reconhecidas de imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Provisão para contingências	91	31
Outras provisões	1.539	523
	1.630	554
Consolidado	Diferenças temporárias reconhecidas de imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Provisão para devedores duvidosos	3.350	1.139
Provisão para obsolescência de estoques	7.990	2.717
Provisão de fretes a pagar	4.947	1.682
Provisão para contingências	9.106	3.096
Provisão de comissões a pagar	5.778	1.965
Provisão de garantias	5.754	1.956
Diferimento da receita de montagem	22.857	7.770
Outras provisões	5.321	1.809
	65.103	22.134

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía saldo de prejuízo fiscal a compensar e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 38.910 (R\$74.132 em 31 de dezembro de 2014), que não foram base de registro de imposto de renda e contribuição social diferidos. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, no montante de R\$ 13.229, pois não é possível assegurar neste momento, com razoável grau de certeza, que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Investimentos

O investimento da Companhia em sua controlada é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

a) Os investimentos na controlada apresentam os seguintes saldos:

	Kepler Weber Industrial S.A.		
	Dez/2015	Dez/2014	
Participação	100%	100%	
Quantidade de ações ou quotas	256.733.319	256.733.319	
Ativos circulantes	352.744	396.297	
Ativos não circulantes	366.345	376.085	
Total de ativos	719.089	772.382	
Passivos circulantes	222.012	234.295	
Passivos não circulantes	70.572	85.089	
Total de passivos	292.584	319.384	
Patrimônio líquido	426.505	452.998	
Receita	705.979	905.841	
Despesas	714.569	784.794	
Lucro líquido (prejuízo)	(8.590)	121.047	
Equivalência patrimonial	(8.590)	121.047	

b) Movimentação do investimento na controlada:

	2015	2014
Saldo inicial	452.998	379.044
Equivalência patrimonial sobre		
resultado do exercício	(8.590)	121.047
Distribuição de dividendos	(17.903)	(33.101)
Juros sobre capital próprio	-	(13.992)
Saldo final	426.505	452.998

14. Propriedade para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos.

A Companhia adotou o custo atribuído, suportado por Laudo Técnico de Avaliação, para mensuração das propriedades para investimento em 1º de janeiro de 2009. A média de vida útil remanescente estimada é de 25 anos. Terrenos onde estão localizadas as edificações arrendadas não são depreciáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Propriedade para investimento--Continuação

O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A depreciação decorrente da utilização do método de custo para mensuração de propriedade para investimento é calculada da mesma forma mencionada em nota específica de Imobilizado.

Uma propriedade para investimento nas demonstrações financeiras da controladora é reclassificada para o ativo imobilizado no balanço patrimonial consolidado quando ela é alugada para utilização no curso normal das operações de uma controlada incluída nas demonstrações consolidadas.

A Companhia avalia anualmente o valor justo das propriedades para investimento e para 31 de dezembro de 2015 não identificou qualquer diferença significativa para o valor contábil.

a) Composição de propriedades para investimento

		Controladora			
				Dez/2015	Dez/2014
	Taxa de depreciação média ponderada %	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Itens					
Terrenos	-	20.301	-	20.301	20.301
Prédios e benfeitorias	2%	59.594	(20.832)	38.762	40.798
Instalações	10%	3.855	(3.466)	389	421
•	<u> </u>	83.750	(24.298)	59.452	61.520
		Consolidado			
				Dez/2015	Dez/2014
	Taxa de depreciação média ponderada %	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Valor Líquido
Itens	_	_			
Terrenos	-	8.804	-	8.804	8.865
Prédios e benfeitorias	2%	9.399	(3.453)	5.946	3.506
		18.203	(3.453)	14.750	12.371

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Propriedade para investimentos--Continuação

b) Movimentação do valor residual líquido de propriedades para investimento

		Controladora			
	Taxa de	Valor residual líquido em 31/12/2014	Depreciação	Transferência	Valor residual líquido em 31/12/2015
Itens	•				
Terrenos	-	20.301	-	-	20.301
Prédios e benfeitorias	2%	40.798	(2.036)	-	38.762
Instalações	10%	421	(34)	2	389
	- -	61.520	(2.070)	2	59.452
			Consolid	ado	
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em 31/12/2014	Depreciação	Transferência	Valor residual líquido em 31/12/2015
Itens	/0 didi	01/12/2011			01/12/2010
Terrenos	-	8.865	-	(61)	8.804
Prédios e benfeitorias	2%	3.506	(312)	2.752	5.946
	_	12.371	(312)	2.691	14.750

15. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Imobilizado--Continuação

a) Composição do ativo imobilizado

		Controladora				
				Dez/2015	Dez/2014	
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido	
Itens						
Máquinas e equipamentos	10%	1	(1)	-	13	
Móveis e utensílios	10%	240	(105)	135	139	
Equipamentos de informática	20%	443	(348)	95	120	
		684	(454)	230	272	

		Consolidado				
	-			Dez/2015	Dez/2014	
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido	
Itens	-					
Terrenos	-	11.772	-	11.772	11.711	
Prédios e benfeitorias	2%	100.825	(34.319)	66.506	69.136	
Instalações	10%	28.784	(19.776)	9.008	8.245	
Máquinas e equipamentos	7%	230.605	(92.612)	137.993	110.553	
Móveis e utensílios	10%	8.717	(5.261)	3.456	3.868	
Veículos	18%	291	(212)	79	125	
Equipamentos de informática	21%	14.304	(10.588)	3.716	2.329	
Arrendamento Mercantil	21%	396	(26)	370	-	
Imobilizações em andamento	-	11.513	•	11.513	21.054	
Adiantamentos a fornecedores	-	34	-	34	14.765	
	_	407.241	(162.794)	244.447	241.786	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Valor

15. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação do custo e depreciação

Itens	residual líquido em 31/12/2014	l Adiç	ões	Baixas	Depreciação	Transferências	residual líquido em 31/12/2015
Máquinas e equipamentos	13			-		(13)	
Móveis e utensílios	139		-	-	(15)	11	135
Equipamentos de informática	120)	-	-	(25)	-	95
Imobilizações em andamento	-			<u> </u>		-	
	272	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	(40)	(2)	230
				Consol	lidado		
	Valor residual líquido em 31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciação	Capitalização de Juros	Transferências	Valor residual líquido em 31/12/2015
tens							
Terrenos	11.711	-	-	-	-	61	11.772
Prédios e benfeitorias	69 136	-	-	(4.050)	_	1.420	66.506

Controladora

Valor

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Imobilizado--Continuação

c) Garantia

O valor hipotecado e alienado relacionado a bens em garantia de financiamentos e empréstimos em 31 de dezembro de 2015 totaliza R\$ 19.999 e R\$ 19.302, respectivamente (em 31 de dezembro de 2014 totalizavam R\$ 19.999 e R\$ 12.143, respectivamente). O valor referente à penhora de bens decorrente de processos fiscais, trabalhistas e cíveis em litígio totaliza R\$ 1.090 em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

d) Imobilizado em andamento

Os valores correspondentes ao imobilizado em andamento incluem custos de empréstimos capitalizados. Em 31 de dezembro de 2015, os custos de empréstimos capitalizados relacionados a imobilizado em andamento totalizaram R\$ 2 no presente exercício, com taxa média de capitalização de 5% a.a. (R\$ 714 em 31 de dezembro de 2014, com taxa média de capitalização de 5% a.a.).

e) Reavaliações de anos anteriores

Controladora e Consolidado							
			Dez/2015				Dez/2014
	Valor reavaliado em 31/12/2015	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor reavaliado em 31/12/2014	Baixa	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Terrenos	3.049	_	3.049	3.049	-		3.049
Prédios	6.945	(6.945)	-	7.025	(80)	(6.893)	52
:	9.994	(6.945)	3.049	10.074	(80)	(6.893)	3.101

Reavaliações de anos anteriores referem-se a saldos de reavaliações realizadas em 1984 e 1991.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Intangível

Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Conforme divulgando na nota explicativa do imobilizado, a Companhia capitaliza custos de empréstimos.

			Control	adora	
				Dez/15	Dez/2014
Mana	Taxa de amortização % a.a.	Custo	Amortização	Valor líquido	Valor líquido
Itens Marcas e patentes	-	1.280	_	1,280	1.280
Softwares e Licenças	20%	12	(12)	-	-
, -		1.292	(12)	1.280	1.280
			Conso	lidado	
	•			Dez/2015	Dez/2014
	Taxa de amortização % a.a.	Custo	Amortização	Valor Líquido	Valor Líquido
Itens	•				
Desenvolvimento de produtos	20%	877	(109)	768	408
Marcas e patentes	-	1.282	-	1.282	1.282
Softwares e Licenças	20%	49.308	(14.875)	34.523	10.452
Intangível em andamento	-	8.927	-	8.927	17.062
	_	60.394	(14.984)	45.500	29.204

A movimentação de custo e amortização de intangível para os saldos consolidados estão apresentados abaixo:

		Co	onsolidado			
	Valor residual líquido em 31/12/2014	Adições	Amortização	Capitalização de Juros	Transferências	Valor residual líquido em 31/12/2015
Itens						
Desenvolvimento de produtos	408	-	(95)	-	455	768
Marcas e patentes	1.282	-	-	-	-	1.282
Software e Licenças	10.452	-	(4.642)	-	28.713	34.523
Intangível em andamento	17.062	16.878	•	15	(25.028)	8.927
-	29.204	16.878	(4.737)	15	4.140	45.500

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Intangível--Continuação

Os principais investimentos realizados em "softwares e licenças" bem como no "intangível em andamento" estão relacionados ao processo de desenvolvimento e implantação do novo sistema integrado de gestão SAP, o qual teve seu "go live" em janeiro de 2015, substituindo o sistema integrado de gestão anterior. Os valores correspondentes ao intangível em andamento ainda incluem custos de empréstimos capitalizados de R\$ 15 no exercício de 2015.

17. Financiamentos e empréstimos

				olidado		
				Dez/2015		Dez/2014
Itens	Vencimentos	Encargos	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional						
FINEP (projetos de novos produtos)	Outubro 2022	4,00% a.a.	4.242	27.620	3.509	18.500
EXIM (compra de matéria-prima para fins de exportação)	Novembro 2017	5,50% a 8,00% a.a.	23.496	16.167	25.284	39.885
FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos)	Outubro 2024	2,50% a 9,50 % a.a.	13.665	11.543	1.102	10.241
			41.403	55.330	29.895	68.626
Moeda estrangeira						
FINIMP (importação de máquinas e equipamentos)	Outubro 2016	2,25% a 3,25% a.a.	7.271	-	7.874	-
			7.271		7.874	-
			48.674	55.330	37.769	68.626

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado
Ano de Vencimento	Dez/2015
2017	24.462
2018	8.148
2019	8.033
Após 2019	14.687
	55.330

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Debêntures e Bônus de Subscrição

Em novembro de 2014, a Companhia liquidou de forma antecipada o saldo em aberto relativo às debêntures, no montante de R\$42.640. Adicionalmente, no decorrer de 2014, houve a amortização de principal e juros no montante de R\$13.003 e conversão de debêntures em ações no montante de R\$2.323.

Ao subscritor de cada debênture foi conferido, como vantagem adicional, um bônus de subscrição 2007 ("Bônus 2007"), totalizando no momento inicial 154.168 Bônus 2007, com direito de subscrever uma quantia de ações ordinárias, mediante dação em pagamento de uma debênture para cada bônus, à razão do valor nominal unitário de R\$ 908,10 (novecentos e oito reais e dez centavos) acrescidos do montante de juros capitalizados das debêntures, dividido pelo preço de exercício atualizado. O preço de exercício é de R\$ 0,3027 (valor expresso em centavos de real) por ação, atualizado pela mesma forma de atualização do saldo devedor das debêntures. Os Bônus 2007 são válidos até 15 de outubro de 2020.

No exercício de 31 de dezembro de 2014 houve aumento de capital no montante R\$3.586 referente ao exercício do bônus 2007, conforme nota explicativa 25.a, sendo que em 31 de dezembro de 2015 permanecem em circulação 772 Bônus 2007.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de agosto de 2014 foi aprovada a emissão privada de até 180.000 (cento e oitenta mil) novos bônus de subscrição ("Bônus 2014"), com série única, ao valor nominal unitário de R\$ 613,00 (seiscentos e treze reais), podendo o subscritor pagar a totalidade do preço de subscrição dos bônus por meio de dação em pagamento, mediante a entrega dos Bônus 2007 de que for titular, obedecendo a relação de um por um.

Cada Bônus 2014 conferirá a seu titular o direito de subscrever 23 (vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia, mediante o pagamento do preço de exercício de R\$38,66 (trinta e oito reais e sessenta e seis centavos) por ação, totalizando até 4.140.000 (quatro milhões, cento e quarenta mil) ações ordinárias.

No exercício de 31 de dezembro de 2015 houve o aumento de capital relativo ao exercício de Bônus 2014 no montante de R\$ 99.

Os Bônus 2014 são válidos desde sua data de emissão até 15 de junho de 2021, podendo ser exercidos a qualquer tempo, a partir da data da homologação, até a data do vencimento dos bônus, a exclusivo critério de seu titular. As ações ordinárias de emissão da Companhia resultantes do exercício dos direitos conferidos pelos Bônus 2014 terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens estatutárias atribuídos atualmente e no futuro às ações ordinárias de emissão da Companhia hoje existentes. As novas ações participarão de forma integral em eventual distribuição de dividendo e/ou juros sobre capital próprio que vierem a ser aprovados pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Debêntures e Bônus de Subscrição--Continuação

Em 09 de outubro de 2014, houve a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") onde se homologou a emissão de 180.000 (cento e oitenta mil) Bônus de Subscrição 2014. Os Bônus 2014 podem ser negociados pelos seus detentores no mercado secundário da BM&FBOVESPA a partir de 10 de outubro de 2014. Nesta mesma Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") também foram extintos 107.621 Bônus 2007 recebidos pela Companhia como dação em pagamento do preço de subscrição de quantidade equivalente dos Bônus 2014.

O montante de R\$44.368, recebido pela Companhia como prêmio na emissão de 72.739 Bônus 2014, foi registrado como reserva de capital no patrimônio líquido. Este montante representa um prêmio equivalente a R\$613,00 (seiscentos e treze reais) por bônus.

Considerando os "Termos e Condições Gerais da Emissão dos Bônus de Subscrição pela Kepler Weber S.A. 2014", incluído como Anexo I à ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de agosto de 2014, a Companhia classificou os mesmos como instrumentos de patrimônio. Desta forma, os recursos a serem recebidos quando do exercício dos Bônus 2014, serão registrados em contrapartida do patrimônio líquido no momento da subscrição das respectivas ações pelos detentores dos Bônus 2014.

19. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia oferece a seus empregados um plano de previdência na modalidade de contribuição definida. As contribuições da Companhia são efetuadas na paridade de um para um, ou seja, para cada R\$1 (um real) de contribuição do colaborador a Companhia contribui com R\$1 (um real). No plano de contribuição definida, nenhum passivo de longo prazo é reconhecido. Os valores de contribuições reconhecidas na demonstração do resultado do exercício, no grupo de "despesas administrativas e gerais", estão apresentados abaixo:

		Consolidado
	Dez/2015	Dez/2014
Contribuições reconhecidas para benefícios de previdência	593	475

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Partes relacionadas

	Controladora					
	Kepler Weber Industrial S.A.	Banco do Brasil S.A.	Dez/2015	Dez/2014		
Ativo						
Depósitos bancários	-	1	1	2		
Aplicações financeiras	-	-	-	8.316		
Dividendos	-	-	-	9.097		
Ressarcimento de despesas	206	-	206	_		
Aluguel	572	-	572	_		
Royalties	618	-	618	1.221		
	1.396	1	1.397	18.636		

(*) Os depósitos bancários e as aplicações financeiras estão apresentadas na rubrica de caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora	1
	Dez/2015	Dez/14
Passivo circulante		
Honorários a pagar	118	124
	118	124

	Consolidado				
	Banco do Brasil S.A.	Dez/2015	Dez/2014		
Ativo circulante					
Depósitos bancários	1	1	2		
Aplicações financeiras	431	431	8.316		
Títulos e valores mobiliários	37.607	37.607	115.452		
	38.039	38.039	123.770		

^(*) Os depósitos bancários e as aplicações financeiras estão apresentadas na rubrica de caixa e equivalentes de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Partes relacionadas--Continuação

	Consolidado			
	Diretores e Conselho de Administração	Banco do Brasil S.A.	Dez/2015	Dez/14
Passivo circulante				
Honorários a pagar	136	-	136	161
Empréstimos bancários	-	11.243	11.243	20.809
	136	11.243	11.379	20.970

^(*) O Banco do Brasil S.A. é acionista da Companhia.

Os royalties e os ressarcimentos de despesas estão apresentados na rubrica de "Partes relacionadas". Os honorários a pagar estão apresentados na rubrica de "Outras contas a pagar".

Controladora

O resultado com partes relacionadas está demonstrado nos quadros abaixo:

	Kepler Weber	Banco do	Diretores e Conselho de	Dez/2015	Dez/2014
	Industrial S.A.	Brasil S.A.	Administração		
Resultado					
Outras receitas (aluguéis)	6.805	-	-	6.805	6.501
Outras receitas (royalties)	8.012	-	-	8.012	18.386
Ressarcimento de despesas	2.001	-	-	2.001	1.878
Receitas sobre aplicações financeiras	-	401	-	401	1.009
Comissão fiança	-	-	-	-	(170)
Honorários da administração	-	-	(3.668)	(3.668)	(3.469)
			Consolidad	lo	
			Diretores e		
		Banco do	Conselho de	Dez/2015	Dez/2014
	_	Brasil S.A.	Administração		
Resultado					
Receitas sobre aplicações financeiras		1.008	-	1.008	1.009
Receitas sobre títulos e valores imobiliários		2.086	-	2.086	8.262
Comissão fiança		-	-	-	(170)
Honorários da administração		-	(6.198)	(6.198)	(6.079)
Despesas financeiras		(4.141)	-	(4.141)	(7.663)

- (a) A Controladora Kepler Weber S.A. possui contrato de locação comercial e aditivo de contrato com vigência até 18 de junho de 2022 com a sua controlada Kepler Weber Industrial S.A..
- (b) Há um contrato de cessão onerosa para uso das marcas entre a Controladora Kepler Weber S.A. e sua controlada e subsidiária integral Kepler Weber Industrial S.A. com vigência até 1º de abril de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Partes relacionadas--Continuação

(c) As operações realizadas com o acionista Banco do Brasil S.A. consideram condições usuais de mercado, sendo que a Companhia incorria em gastos anuais por comissão de fiança oferecida para as debêntures mencionadas na nota explicativa 18.

Os contratos de aluguel e pagamento de *royalties* foram realizados em condições específicas entre as partes e poderiam ser diferentes caso realizados com terceiros não relacionados.

21. Remuneração da Administração

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) realizada em 23 de abril de 2015, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$7.463 que incluem honorários e gratificações, para o período de maio de 2015 a abril de 2016.

	Contro	Controladora		dado
	Dez/2015	Dez/2014	Dez/2015	Dez/2014
Honorários e gratificações	3.331	3.201	5.566	5.499
Benefícios diretos e indiretos	337	268	632	580
	3.668	3.469	6.198	6.079

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2014, foi aprovado o Programa de Incentivo de Longo Prazo para Administradores e o Plano de Opção de Compra de Ações, entrando ambos em vigor nesta mesma data.

Programa de Incentivos de Longo Prazo

O Programa de Incentivos de Longo Prazo terá seu valor determinado pelo Conselho de Administração com base em múltiplos da verba honorária de cada beneficiário, sendo que 1/3 do prêmio será pago em moeda corrente nacional e em até cinco dias da outorga e os restantes 2/3 serão pagos, a critério da Companhia, em moeda corrente nacional ou por meio da entrega das ações, em duas parcelas iguais, a primeira no prazo de 12 (doze) meses após a data da outorga e a segunda no prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a data de outorga.

O Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às ações a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Remuneração da administração--Continuação

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de junho de 2014 foi aprovada primeira outorga do Programa de Incentivos de Longo Prazo, totalizando R\$1.273. Deste montante, R\$425 foram pagos no exercício de 2014 e R\$424 foram pagos no exercício de 2015. O saldo remanescente será pago no exercício de 2016, de acordo com o previsto nos termos da primeira outorga.

A despesa total com o Programa de Incentivos de Longo Prazo no exercício de 2015 totalizou R\$1.080.

Plano de Opções de Compra de Ações

O custo de transações com funcionários, liquidado com instrumentos patrimoniais, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

O Plano de Compra de Ações tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; e (c) possibilitar a Companhia atrair e manter a ela(s) vinculados as pessoas elegíveis.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de junho de 2014 foi aprovada a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções é de 87.019 opções.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de julho de 2015 foi aprovada a segunda outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da segunda outorga do Plano de Opções é de 150.257 opções.

As ações iniciais adquiridas estarão sujeitas a um período de *lock-up* de três anos a contar da data de outorga, período no qual os beneficiários não poderão alienar ou onerar sob qualquer forma suas ações adquiridas, sob pena de perda do direito do exercício das opções. As opções possuem período de carência de três anos vinculado à permanência do beneficiário na Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Remuneração da Administração--Continuação

Cada opção dará direito ao beneficiário de adquirir 1 (uma) ação, sujeito aos termos e condições estabelecidas no respectivo contrato de opções.

O Plano de Opção de Compra de Ações permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

A composição dos planos de opções, considerando os prazos de carência para exercício das opções, o valor justo das opções e suas premissas, está demonstrada a seguir:

	1ª Outorga Jul/2014			
Lote	1		II	
Prazo de carência a partir da outorga	03/07/2017	04/07	/2017	
Quantidade de ações a partir do terceiro aniversário	68.726	1	8.293	
Preço de exercício - (R\$)	39,35		39,35	
Valor justo por opção - (R\$)	21,32	21,61		
Volatilidade do preço da ação	33,79%	33,79%		
Taxa de juro livre de risco	11,89%	1	1,89%	
	2ª Outorga Jul/2015	5		
Lote	I	II	III	
Prazo de carência a partir da outorga	06/07/2018	07/07/2018	08/07/2018	
Quantidade de ações	105.815	27.920	16.522	
Preço de exercício - (R\$)	27,65	27,65	27,65	
Valor justo por opção - (R\$)	13,86	13,97	14,06	
Volatilidade do preço da ação	38,70%	38,70%	37,70%	
Taxa de juro livre de risco	12,62%	12,62%	12,62%	

Para todos os planos de opções, o valor justo é estimado na data da concessão usando o modelo de precificação denominado binomial.

A movimentação do plano de opções está demonstrada a seguir:

	1 ^a Outorga	2ª Outorga
Saldo em 31/12/2013 Opções outorgadas Saldo em 31/12/2014	87.019 87.019	<u>-</u>
Opções outorgadas Opções baixadas (*) Saldo em 31/12/2015	(18.293) 68.726	150.257 (27.920) 122.337

^(*) Opções baixadas pelo desligamento de diretor participante do plano de opções de ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Remuneração da Administração--Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Controladora contabilizou como despesa de valor justo referente o Plano de Opções de Compra de Ações R\$868 (R\$305 em 31 de dezembro de 2014), reconhecendo correspondente aumento no patrimônio líquido.

22. Impostos a recolher

Circulante	Controlad	ora	Consolid	ado
	Dez/2015	Dez/2014	Dez/2015	Dez/2014
ICMS a pagar	-	-	(196)	(611)
PIS/COFINS a pagar	(112)	(163)	(2.137)	(2.452)
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09	(585)	(541)	(586)	(541)
Parcelamento contencioso tributário - Lei 11.941/09	-	-	(223)	(206)
Imposto de Renda e CSLL	-	-	(1.231)	-
Outros	(66)	(7)	(876)	(360)
	(763)	(711)	(5.249)	(4.170)
Não circulante	Controlad	ora	Consolid	ado
	Dez/2015	Dez/2014	Dez/2015	Dez/2014
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09	(4.578)	(4.769)	(4.578)	(4.769)
Parcelamento contencioso tributário - Lei 11.941/09			(1.736)	(1.811)
	(4.578)	(4.769)	(6.314)	(6.580)

Em 30 de novembro de 2009 a Companhia e sua controlada aderiram ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei 11.941/09. Em junho de 2011 a Companhia realizou a consolidação destes débitos junto à Receita Federal do Brasil. A Companhia está cumprindo com suas obrigações inerentes aos parcelamentos.

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais externos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava os seguintes saldos de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Controladora				
_	Pro	ovisão para riscos t Dez/201	•		
Itens		Dez/2014			
Trabalhistas e previdenciárias		•	6	41	
Tributárias		4	5	40	
Reclamações cíveis		•	<u>-</u>	79	
		9	<u> </u>	160	
		Control	adora		
Movimentação das provisões para riscos		Adição de	Reversão de		
tributários, cíveis e trabalhistas	Dez/2014	provisão	provisão	Dez/2015	
Trabalhistas e previdenciárias	41	5	-	46	
Tributárias	40	5		45	
Reclamações cíveis	79		(79)		
	160	10	(79)	91	
No.	Provis	Conso ão para riscos tribu	tários, cíveis e trak		
Itens		Dez/2015	<u> </u>	Dez/2014	
Trabalhistas e previdenciárias Tributárias		5.181 1.193		3.035 2.791	
Cíveis		2.732		2.791	
Civeis	-	9.106		8.365	
			olidado		
Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Dez/2014	Adição de provisão	Reversão de provisão	Dez/2015	
Trabalhistas e previdenciárias	3.035	2.601	(455)	5.181	
Tributárias	2.791	126	(1.724)	1.193	
Cíveis	2.539	945	(752)	2.732	
	8.365	3.672	(2.931)	9.106	

<u>Processos trabalhistas e previdenciários</u>: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-empregados e estão vinculados a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

<u>Processos tributários</u>: são processos que envolvem discussões sobre créditos fiscais não homologados, ressarcimentos, base de cálculo para contribuição, impostos e glosa de crédito em pedido de restituição de COFINS e pedido de ressarcimento de IPI.

<u>Processos cíveis</u>: as principais ações estão relacionadas com indenizações por responsabilidade civil, custas e honorários, e decorrem das atividades operacionais das empresas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

<u>Passivos contingentes:</u> a Companhia e sua controlada também são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

Tipo de processo	Dez/2015	Dez/2014
Trabalhistas	1.220	1.273
Tributárias	4.848	4.381
Cíveis	10.327	8.679
	16.395	14.333

A controlada, Kepler Weber Industrial S/A, recebeu Auto de Lançamento emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul, lavrado em 09 de outubro de 2015, alegando o descumprimento da legislação tributária relativa ao ICMS nas operações de saídas do estabelecimento localizado em Panambi, no Estado do Rio Grande do Sul. O Auto de Lançamento totaliza R\$37.672, sendo R\$20.439 de valor principal e R\$17.233 de multas e juros. O processo está em fase de defesa administrativa e segundo a opinião dos advogados da Companhia, a possibilidade de um desfecho desfavorável, que resulte na saída de recursos financeiros para sua controlada, é considerada remota.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros

a) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		Controladora					
	_	Dez/2015			Dez/2015		
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos Caixa e equivalentes de caixa Passivos	7	5.450	-	5.450	10.756	-	10.756
Fornecedores	- -	- 5.450	(102) (102)	(102) 5.348	10.756	(80) (80)	(80) 10.676

		Consolidado							
					Dez/2015				Dez/2014
	Nota	Valor justo através do resultado	Disponíveis para venda	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Disponíveis para venda	Custo amortizado	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa Títulos e valores mobiliários –	7	9.511	-	-	9.511	11.013	-	-	11.013
circulante	8	-	70.939	-	70.939	-	103.805	-	103.805
Contas a receber clientes Títulos e valores mobiliários -	9	-	-	123.614	123.614	-	-	90.557	90.557
não circulante	8	-	29.216	-	29.216	-	63.793	-	63.793
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	(104.004)	(104.004)	-	-	(106.395)	(106.395)
Fornecedores Instrumentos financeiros		-	-	(50.476)	(50.476)	-	-	(30.000)	(30.000)
derivativos	5.c	(465)	-	-	(465)	-	-	-	-
		9.046	100.155	(30.866)	78.335	11.013	167.598	(45.838)	132.773

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Valor justo

Os valores justos dos instrumentos financeiros, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	Controladora				
	Valor contábil Dez/2015	Valor justo Dez/2015	Valor contábil Dez/2014	Valor justo Dez/2014	
Ativos financeiros:		<u> </u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5.450	5.450	10.756	10.756	
	5.450	5.450	10.756	10.756	
Passivos financeiros:					
Fornecedores	(102)	(102)	(80)	(80)	
	(102)	(102)	(80)	(80)	
		Consolid	lado		
	Valor contábil Dez/2015	Valor justo Dez/2015	Valor contábil Dez/2014	Valor justo Dez/2014	
Ativos financeiros:		,			
Caixa e equivalentes de caixa	9.511	9.511	11.013	11.013	
Títulos e valores mobiliários - circulante	70.939	70.939	103.805	103.805	
Contas a receber clientes	123.614	123.614	90.557	90.557	
Títulos e valores mobiliários - não circulante	29.216	29.216	63.793	63.793	
	233.280	233.280	269.168	269.168	
Passivos financeiros:					
Financiamentos e empréstimos	(104.004)	(104.004)	(106.395)	(106.395)	
Fornecedores	`(50.476)	`(50.476)	(30.000)	(30.000)	
Instrumentos financeiros derivativos	` (465)	` (465)	` -	•	
	(154.945)	(154.945)	(136.395)	(136.395)	

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia e sua controlada:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas: as aplicações financeiras em CDBs e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, dessa forma, seu valor contábil reflete seu valor justo.

Títulos e valores mobiliários: o valor justo é baseado nas posições do fundo exclusivo marcadas a mercado conforme informações da instituição financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Valor justo</u>--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos: o valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado nas cotações projetadas de câmbio para as datas de vencimento contratadas dos instrumentos, ou data próxima a esta, descontadas até o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos). Cotações são obtidas principalmente a partir de preços referenciais divulgados pela BM&F Bovespa.

Financiamentos e empréstimos: estão substancialmente representados por financiamentos e empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil S.A. e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e reúnem características próprias e a Administração considera que as condições definidas nos contratos de financiamento do BRDE e Banco do Brasil, entre partes dependentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos. Dessa forma seu valor justo é similar ao valor contábil.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 houve aumento do capital social no montante de R\$100 (R\$3.586 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), com a correspondente subscrição de 2.576 ações. Desta forma, em 31 de dezembro de 2015 o capital social é representado por 26.311.971 (vinte e seis milhões, trezentas e onze mil, novecentas e setenta e uma) ações ordinárias, totalizando o valor de R\$234.322 (RS234.222 em 31 de dezembro de 2014).

b) Reservas de lucros

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo aos acionistas;
- 25% (vinte e cinco por cento) como reserva para investimentos e capital de giro.

A reserva de investimento e capital de giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas da Companhia. Referida reserva terá como limite máximo o valor do capital social integralizado.

c) Reserva de incentivo fiscal reflexa

Refere-se à subvenção governamental da controlada Kepler Industrial S.A., a título de incentivo fiscal reconhecido de forma reflexa na Controladora. O saldo é de R\$ 57.257 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 54.469 em 31 de dezembro de 2014).

d) Reserva de capital de incentivos fiscais

Refere-se a incentivos fiscais, doações, subvenção para investimento de anos anteriores à adoção das novas práticas adotadas no Brasil e dos IFRS.

e) Reserva de bônus de subscrição das debêntures

Refere-se à reserva para refletir o componente de patrimônio no instrumento financeiro composto emitido pela Companhia em anos anteriores (debêntures - nota explicativa 18), líquido dos efeitos tributários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Patrimônio líquido (Controladora)--Continuação

f) Bônus de subscrição 2014

Refere-se a reserva de capital oriunda das subscrições do Bônus 2014 efetuadas neste exercício, conforme divulgado na nota explicativa 18.

g) Reservas de reavaliação

Referem-se a saldos de reavaliações realizadas em 1984 e 1991. O saldo residual desta reserva refere-se notadamente a terrenos, sendo que os demais são realizados mensalmente.

h) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, movimentados pela realização do ajuste principalmente por depreciação dos itens não mensurados em 1º de janeiro de 2009. Os efeitos da depreciação adicional gerada pela adoção do custo atribuído foram neutralizadas no cálculo do dividendo mínimo obrigatório de forma a não alterar a política de dividendos da Companhia vigente antes da adoção do custo atribuído.

i) <u>Dividendos</u>

A Diretoria da Companhia encaminhou para apreciação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 20 de março de 2015, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, contemplando a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 23.312, aprovada em Assembleia Geral da Companhia realizada em 23 de abril de 2015, que foram pagos em 13 de maio de 2015.

Sobre o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia calculou os dividendos mínimos obrigatórios, conforme segue:

	Dez/15	Dez/14
Lucro líquido do exercício	6.237	132.684
(-) Reserva legal	(312)	(6.634)
(+) Realização de reserva de reavaliação	25	165
(+) Realização de ajustes de avaliação	2.217	2.433
(-) Reserva de incentivo fiscal reflexa	(2.788)	(32.868)
Lucro ajustado para cálculo de dividendo	5.379	95.780
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	1.345	23.945
(-) Juros sobre o capital próprio pagos	-	(12.700)
(+) Imposto de renda retido na fonte	-	1.266
Dividendos mínimos obrigatórios	1.345	12.511
Dividendo mínimo obrigatório por ação (em reais)	0,05	0,91

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Patrimônio líquido (Controladora)--Continuação

i) <u>Dividendos</u>--Continuação

A Diretoria da Companhia encaminhará para apreciação do Conselho de Administração, em reunião a ser realizada em 18 de março de 2016, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, contemplando a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 1.345 (R\$0,05 por ação), sujeitos à aprovação posterior da Assembleia Geral da Companhia.

26. Receita operacional

i. Venda de bens

A receita é reconhecida quando:

- Os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- É provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade;
- A receita, os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser mensurados de maneira confiável.

ii. Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. A Companhia e sua controlada estão envolvidas na venda de silos e equipamentos para armazenagem e, em determinadas situações, na montagem destes silos e equipamentos. Quando duas ou mais atividades geradoras de receita ou a entrega dos produtos vendidos são realizados sob um mesmo acordo, cada componente, que é considerado uma unidade de medida, é registrado individualmente. A alocação da contraprestação de receitas para cada componente é baseada nos valores justos relativos de cada componente. Caso o valor justo de um item entregue não seja mensurável de maneira confiável, então a receita operacional é alocada baseada na diferença entre a contraprestação total do acordo e o valor justo do item não entregue.

iii. Receita de aluquel

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Receita operacional--Continuação

iv. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,6%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%;
- Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 2%;
- Contribuição previdenciária 1% (*); e
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) 0% a 17%.

(*) Conforme Lei 12.546 relativa à desoneração da folha de pagamento, este imposto incide sobre as receitas da controlada Kepler Weber Industrial S.A. na alíquota de 1% no exercício de 2014 e até novembro de 2015. A partir de dezembro de 2015, conforme alterado pela Lei 13.161/2015, em vigor a partir de 01/12/2015, a alíquota passou a ser de 2,5%. Como a Lei nº 13.161/2015 tornou opcional o ingresso da empresa no sistema de desoneração da folha de pagamento e majorou as alíquotas de contribuição previdenciária sobre a receita bruta, a Administração da Companhia optou pela não continuidade da desoneração na controlada.

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

Consolidado

	Dez/2015	Dez/2014
Receita bruta fiscal	835.087	1.063.160
Impostos sobre vendas	(115.501)	(154.021)
Devoluções e abatimentos	(11.275)	(5.010)
Contribuição previdenciária sobre receita bruta	(9.392)	(12.485)
Ajustes por diferença nos critérios de reconhecimento de receita	7.060	14.197
	705.979	905.841
	Consoli	idado
	Consoli Dez/2015	dado Dez/2014
Venda de produtos		
Venda de produtos Prestações de serviços	Dez/2015	Dez/2014

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Outras receitas operacionais

		Controladora		Consolidado
	Dez/2015	Dez/2014	Dez/2015	Dez/2014
Aluguel de propriedades para investimento	7.008	6.720	203	219
Royalties	8.012	18.386	-	-
Subvenções governamentais (nota 33)	-	-	19.221	32.868
Ganho na venda de ativo imobilizado	-	630	274	1.037
Outras	38	-	2.798	3.192
	15.058	25.736	22.496	37.316

28. Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2015	Dez/2014	Dez/2015	Dez/2014
Provisão para obsolescência e perdas de estoque	-	-	(3.031)	(2.976)
Contingências cíveis, trabalhistas e previdenciárias	69	(108)	(4.252)	(4.535)
Perda na venda do ativo imobilizado	-	(166)	(1.094)	(186)
Perdas no recebimento de crédito de clientes	-	-	(1.903)	(998)
PIS/COFINS sobre outras receitas	(1.400)	(3.402)	(1.400)	(3.402)
Franquias de seguros	-	-	(1.123)	-
Multas contratuais	-	-	(1.040)	(204)
Outras	(277)	(27)	(1.335)	(6.700)
	(1.608)	(3.703)	(15.178)	(19.001)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2015	Dez/2014	Dez/2015	Dez/2014
Depreciação e amortização	(2.110)	(1.786)	(25.117)	(17.530)
Despesas com pessoal	(3.038)	(2.674)	(118.230)	(125.612)
Matéria-prima / produtos adquiridos	-	-	(325.907)	(399.645)
Despesas com benefícios empregados	(55)	(19)	(16.660)	(18.069)
Comissões sobre vendas	-	14	(14.161)	(19.093)
Garantias	-	-	(3.244)	(2.514)
Fretes sobre vendas	-	-	(34.403)	(41.118)
Serviços de montagem	-	-	(64.557)	(47.904)
Serviços de terceiros	(2.380)	(2.648)	(20.764)	(17.504)
Comerciais e viagens	(193)	(180)	(13.930)	(15.209)
Locação	(291)	(252)	(8.363)	(7.664)
Manutenção de máquinas e equipamentos	-	(55)	(6.803)	(13.846)
Ociosidade fabril	-	-	(5.608)	-
Encargos e outros	(836)	(893)	(51.844)	(55.009)
	(8.903)	(9.493)	(709.591)	(780.717)
Despesas de vendas	-	14	(40.857)	(40.883)
Despesas administrativas e gerais	(8.903)	(8.507)	(53.552)	(51.913)
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	•	-	(615.182)	(687.921)
	(8.903)	(8.493)	(709.591)	(780.717)

30. Custo do produto vendido

	Consol	Consolidado	
	Dez/2015	Dez/2014	
Custo dos produtos vendidos alocados Custos não alocados	598.035	687.921	
	17.147	-	
	615.182	687.921	

Os custos não alocados são representados por valores não usuais ou custos indiretos de produção eventualmente não alocados aos produtos, principalmente relacionados ao baixo volume de produção e embarque, reconhecidos diretamente no resultado no período em que ocorrem em conta destacada dos custos dos produtos vendidos. Do montante total, acima de 88,9% dos valores são referentes ao primeiro trimestre do exercício de 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Resultado financeiro

	Control	adora	Consol	idado
Receitas financeiras	Dez/2015	Dez/2014	Dez/2015	Dez/2014
Variação cambial/monetária ativa	2	5	7.572	8.800
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.756	3.501
Receitas com aplicações financeiras	659	1.162	13.084	15.212
Outras receitas financeiras	2	-	743	1.792
	663	1.167	23.155	29.305
	Controladora		Consc	olidado
Despesas financeiras	Dez/2015	Dez/2014	Dez/2015	Dez/2014
Encargos financeiros s/empréstimos e financiamentos	-	(5.999)	(11.404)	(18.097)
Juros de mora e IOF contratuais	(3)	(130)	(659)	(857)
Variação cambial/monetária passiva	(420)	(386)	(16.276)	(12.006)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(1.530)	(4.323)
Despesas com fiança bancária	(2)	(359)	(393)	(420)
Outras despesas financeiras	(75)	(116)	(2.070)	(1.630)
	(500)	(6.990)	(32.332)	(37.333)

32. Lucro por ação

	Controladora e Consolidado		
Básico:	Dez/2015	Dez/2014	
Resultado líquido	6.237	132.684	
Média ponderada de ações ordinárias	26.310.650	26.225.220	
Resultado por ação ordinária básico - R\$	0,2371	5,0594	
<u>Diluído:</u>			
Resultado líquido	6.237	132.684	
Resultado líquido ajustado pelo efeito da diluição	6.237	132.684	
Média ponderada de ações ordinárias	26.310.650	26.225.220	
Bônus 2007	-	215	
Bônus 2014	-	73.549	
Stock options	-	2.658	
Média ponderada de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	26.310.650	26.301.642	
Resultado por ação diluído - total - R\$	0,2371	5,0447	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas.

A controlada Kepler Weber Industrial S.A., quando da instalação de sua fábrica no Estado do Mato Grosso do Sul, obteve benefício fiscal de redução de 90% do saldo devedor de ICMS apurado mensalmente. O termo de acordo assinado originalmente no ano de 2002 foi posteriormente aditivado, prorrogando o benefício até o exercício de 2028. A Companhia teve como contrapartida a realização de investimentos e a geração de empregos no Estado do Mato Grosso do Sul.

O benefício reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$19.221 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$32.868) e está reconhecido no resultado do período como outras receitas operacionais, sendo posteriormente destinado para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, até o limite dos investimentos previstos no termo de acordo.

34. Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

O seguro de riscos empresariais é contratado sob a modalidade de maior probabilidade de riscos, com base em análise de riscos realizados por empresa especializada. A Companhia mantém, ainda, seguros de riscos de transporte nas operações de importações e exportação, riscos diversos e de engenharia cujos valores segurados são contratados a cada operação.

Consolidado	Vigência	Valor
Responsabilidade civil e danos materiais terceiros – veículos	abr/16	1.210
Responsabilidade civil de diretores e administradores	mai/16	2.500
		3.710
Riscos empresariais (estoques, prédios e riscos de crédito)	fev/16	199
	mar/16	547
	abr/16	3.931
	mai/16	1.656
	jun/16	27.329
	ago/16	12.000
	set/16	117.805
	•	163.467
		167.177

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Conselho de administração

Presidente do Conselho de Administração Christino Aureo da Silva

Vice-Presidente do Conselho de Administração **Walter Malieni Júnior**

Membros

Armando Galhardo Nunes Guerra Junior José Pais Rangel Maria Gustava Brochado Heller Britto Sérgio Eduardo Montes Castanho Filho Sérgio Ricardo Silva Rosa

Conselho fiscal

Membros
Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Neyvaldo Torrente Lopes
Sandro José Franco

Diretoria

Diretor Presidente

Anastácio Ubaldino Fernandes Filho

Diretor Vice-Presidente Olivier Michel Colas

Diretor Administrativo

André Luís Paz Acosta

Contadores

Marcio Wasem Gerente de Controladoria CRC-RS 52398/O-9 Cristiane Beatriz Back Bender Contadora CRC-RS 072285/O-2